

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



# **BOLETIM DE CONJUNTURA**

**BOCA**

Ano V | Volume 13 | Nº 39 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.7723170>



## A (DES)CONTINUIDADE DAS ESCOLAS-CÍVICO MILITARES APÓS AS ELEIÇÕES DE 2022

*Silvia Diener Cavalcanti<sup>1</sup>*

*Elisa Tomoe Moriya Schlünzen<sup>2</sup>*

*Klaus Schlünzen Junior<sup>3</sup>*

### Resumo

O presente estudo parte do entendimento crítico/analítico sobre um programa educacional específico: o programa escola cívico-militares e sua continuidade ou não face à eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2023. A implantação das escolas cívico-militares fez parte do programa de governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2018–2022). A narrativa pretende estabelecer um diálogo crítico e analítico sobre as bases do programa em confronto com a educação emancipatória. Para tanto, desenvolveu-se um estudo exploratório e descritivo calcado na revisão narrativa da literatura, em que se utilizou a base de dados do Portal de Periódicos da Capes, Scielo, Google Acadêmico e especialmente periódicos da Revista Ioles. Foram selecionados e analisados um total de 15 (quinze) artigos ou teses a partir da combinação dos seguintes descritores: educação emancipatória, escolas cívico-militares, política educacional e direitos humanos. Em que pese o distanciamento das políticas públicas entre os governos Bolsonaro e Lula e apesar das críticas da comunidade acadêmica, evidenciou-se que o programa encontra-se em processo de análise pela pasta ministerial e pelo próprio governo federal.

**Palavras Chave:** Brasil. Educação Emancipatória. Escolas Cívico-Militares.

### Abstract

The present study starts from the critical/analytical understanding of a specific educational program: the civic-military school program and its continuity or not in the face of the election of President Luís Inácio Lula da Silva in 2023. The implementation of civic-military schools was part of the program of government of former president Jair Messias Bolsonaro (2018–2022). The narrative intends to establish a critical and analytical dialogue about the foundations of the program in confrontation with emancipatory education. For that, an exploratory and descriptive study was developed based on the narrative review of the literature, in which the database of the Portal de Periódicos da Capes, Scielo, Google Scholar and especially periodicals from Revista Ioles was used. A total of 15 (fifteen) articles or theses were selected and analyzed from the combination of the following descriptors: emancipatory education, civic-military schools, educational policy and human rights. Despite the distancing of public policies between the Bolsonaro and Lula governments and despite criticism from the academic community, it was evident that the program is in the process of being analyzed by the ministerial portfolio and by the federal government itself.

**Keywords:** Brazil. Civic-Military Schools. Emancipatory Education.

## INTRODUÇÃO

O Programa Escolas Cívico-Militares (PECIM) foi considerado o maior destaque do projeto político e governamental que elegeu o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. A vitória nas eleições presidenciais de 2018 garantiu sua implantação em diversas escolas públicas no Brasil. Todavia, diante

<sup>1</sup> Mestranda do programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva pela Universidade Estadual Paulista. E-mail para contato: [silvia.diener@unesp.br](mailto:silvia.diener@unesp.br)

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail para contato: [elisa.tomoe@unesp.br](mailto:elisa.tomoe@unesp.br)

<sup>3</sup> Doutor em Engenharia Elétrica. Professor associado da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail para contato: [klaus.junior@unesp.br](mailto:klaus.junior@unesp.br)



da derrota no pleito de 2022, em que o presidente Luís Inácio Lula da Silva saiu vitorioso, pergunta-se sobre a continuidade do programa. Esse questionamento é importante por dois motivos: primeiro porque o governo do ex-presidente foi marcado pela homogeneização devido a uma ampla participação de militares no decorrer do mandato. O presidente eleito, ao contrário do seu antecessor, já nas primeiras semanas de governo, demonstrou claramente que o alto escalão de sua administração será composto por uma diversidade de pessoas, ampliando assim a representação social e a heterogeneidade política. Segundo e não menos importante, porque o programa político de ambos em nada se assemelha.

É imperativo ressaltar que por ora não há decisão sobre as escolas cívico-militares, todavia, em que pese o distanciamento dos programas políticos educacionais dos governos Bolsonaro e Lula, essa discussão é relevante tendo em vista que a implantação do PECIM, recebeu apoio e aprovação de boa parte da sociedade, em especial.

Até o momento, a única medida relacionada diretamente à educação foi a revogação da Política Nacional de Educação Especial, que separava crianças com deficiência das demais. O programa encontrava-se suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Nesse norte, o presente estudo cerceado pelo questionamento sobre a continuidade ou não das escolas cívico-militares, traz uma abordagem crítica sobre sua implantação. Assim, o estudo traz à baila, o conceito freireano de Educação emancipatória, estabelecendo uma discussão analítica entre direitos humanos e as escolas cívico-militares.

Pois bem, nesse afã, o presente Ensaio tem por objetivo geral analisar a política educacional que implementou as escolas-cívico militares à política educacional do governo que se inicia em 2023 em suas três primeiras semanas. Os objetivos específicos são: identificar o conceito de direitos humanos voltados à educação; analisar os resultados pedagógicos das escolas cívico-militares; verificar afrontas a direitos humanos em escolas cívico-militares; avaliar a continuidade ou não das escolas cívico-militares. Nesse aporte, ressalta-se para uma avaliação sobre os efeitos e consequências das escolas cívico-militares, que a pesquisa deve dar prosseguimento. A metodologia é prioritariamente pautada na pesquisa narrativa da literatura, cujo procedimento técnico adotado foi a pesquisa bibliográfica, envolvendo assim um estudo profundo e exaustivo de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

## METODOLOGIA

O presente estudo assume caráter exploratório e descritivo, realizado utilizando as etapas da revisão narrativa sobre pesquisas empíricas e considerando os pressupostos anteriormente destacados. Gil (2002) postula que esse tipo de pesquisa é desenvolvido tendo por base material pré-constituído. No



presente estudo, a base de dados foi: Scielo (PT, EM, ES), Portal de periódicos da Capes, Google Acadêmico e o acervo da revista Ioles. Marconi e Lakatos (2003) justificam que a finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com obras anteriormente publicadas sobre determinado assunto.

Nesse sentido, a abordagem narrativa permite compreender a complexidade e a natureza de determinado tema. O caráter exploratório contribui para averiguar o quanto determinado assunto já foi pesquisado, de sorte que a ausência pode denotar claramente um vácuo investigativo que necessita ser visitado.

Para emprego da revisão narrativa foram desenvolvidas as seguintes etapas:

I - Definição da pergunta:

As escolas cívico-militares terão continuidade no atual governo?

II - Definição do objetivo geral:

Analisar a política educacional que implementou as escolas-cívico militares à política educacional do governo que se inicia em 2023 em suas três primeiras semanas.

III - Definição dos objetivos específicos:

- i. Traçar uma análise crítico-narrativa a partir dos seguintes descritores com a combinação booleana AND: Política educacional AND educação emancipatória; Política Educacional AND Escolas cívico-militares; Escolas Cívico-militares AND Educação Emancipatória; Escolas cívico-militares AND direitos humanos.
- ii. Avaliar a continuidade ou não das escolas cívico-militares no Brasil sob o comando do atual governo.

Diante disso, dadas as metodologias envolvidas no arcabouço do trabalho que se sucede, os descritores e booleanos da pesquisa foram: fez-se um levantamento bibliográfico, com autores que dialogam com o objetivo deste trabalho. É nesse sentido que se suscita, para compor nosso estado da arte, os autores identificados no quadro 1, que corroboraram com o pensamento deste ensaio.

**Quadro 1 – Sistematização do material encontrado**

Autor(es)	Periódico / Universidade
ALVES; REIS	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação
BARROZO; SENHORAS	Boletim de Conjuntura (BOCA)
BARTOLOZZI <i>et al.</i>	Revista Temas em Educação
CARNUT	Boletim de Conjuntura (BOCA)
CUNHA; LOPES	Educação & Sociedade
DIAS; RIBEIRO	Revista Teias
GARRIDO	Synesis
LUCENA <i>et al.</i>	Revista HISTEDBR On-line
MARCON	Revista Espaço Pedagógico - REP
MARQUES	Boletim de Conjuntura (BOCA)
OLIVEIRA; SOARES	Estudos em Avaliação Educacional
RIBEIRO	Universidade de Brasília (UnB)
NUNES	Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)
SILVA	Boletim de Conjuntura (BOCA)
VEIGA	Caderno Cedex

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Autores supracitados.



Considerando a pergunta de partida como norteador da seleção anteriormente tabulada, apresenta-se a seguir as análises narrativas sob os aspectos teórico e contextual, com destaques para as principais descobertas.

## ANÁLISE E DESCRIÇÃO DAS NARRATIVAS

A busca de elementos que possibilitem uma discussão sobre políticas educacionais numa perspectiva emancipatória é necessariamente recorrer a Paulo Freire. Inquestionavelmente, a produção científica e a militância aguerrida de Paulo Freire se constituem como uma contribuição imensurável para refletir sobre a educação pública brasileira. Alves e Reis (2021) acrescentam que o pensamento freireano fornece as ferramentas necessárias para compreensão de questões sociais, políticas econômicas.

Freire teve sua vida marcada pela coerência de propósitos, e sua obra apresenta subsídios importantes para orientar a práxis daqueles que lutam em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, assentada nos princípios democráticos da Constituição Federal de 1988 e, sobretudo, comprometida com a formação dos oprimidos. (ALVES; REIS, 2021, p. 812)

117

Essa análise ajuda a questionar as tendências dominantes nas políticas educacionais de caráter instrumental e subordinadas ao mercado e, também, a pensar numa perspectiva crítica e transformadora.

Nesse sentido, em releitura da consagrada Pedagogia do Oprimido do mestre Paulo Freire, Marcon (2006) considera que o medo é o motivo *sine qua non* para a aceitação da opressão. Contrariamente, a liberdade promove a emancipação, liberdade essa por meio da educação.

Nesse norte, trazemos aqui, a importante contribuição da educação promovida pelo professor Moisey Pistrak (1888-1940) no decorrer da Revolução Russa de 1917. Pela análise de Lucena França (2012), a intenção era promover a formação integral do homem, especialmente, o trabalhador. Pistrak, enxergava na escolarização, até então negada aos pobres, o principal instrumento de transformação social e de consciência de classe.

Longe de externalizar qualquer tendência ao marxismo proposto por Lênin, a intenção é tão somente demonstrar ao leitor quão importante e transformadoras são as políticas educacionais. O período das transformações promovidas pelo professor Pistrak e outros na Rússia foi aquele de um país que acabava de sair do sistema czarista e iniciava a república. Conforme explicam Lucena e França (2012), o professor Pistrak entendia que a educação deveria se desenvolver para além dos conteúdos



escolares, explorando e problematizando as mediações dialéticas, consolidando uma base ideológica e socialmente útil.

Há o reconhecimento de que os processos de mudança e transformação da realidade dependem, diretamente, das ações relacionadas com a educação. Assim, os princípios políticos-pedagógicos, o desempenho escolar, a estrutura curricular e de avaliação consistentes são analisados como uma pedagogia crítica e emancipatória

Ilma Passos Veiga (2003) faz uma análise sobre a modificação social. Para a professora, a instituição de ensino deve promover novos valores respeitando a singularidade em vez da homogeneização e da dependência. E aqui, temos um enlace novamente em direção ao pensamento freireano. No entender da autora, a construção da autonomia se dá pela participação que se opõe ao individualismo e isolamento.

A educação emancipatória, no entanto, sofre uma desleal concorrência com o sistema neoliberal, no qual a economia invade todos os aspectos políticos, ainda que de cunho social: a educação é um deles. Porquanto, a política educacional no Brasil necessita reestabelecer um diálogo com seu propósito social e, nesse aspecto, precisamos compreender de que forma e se de fato as escolas cívico-militares conseguem oferecer a contribuição necessária para uma educação de qualidade voltada à emancipação do ser humano.

Inicialmente, é imperativo diferenciar escolas militares das escolas cívico-militares. Entende-se por escolas militares aquelas cujo funcionamento realiza-se sob a lógica de uma educação pautada nos princípios da guerra, da hierarquia, da obediência, do individualismo e da meritocracia, em uma perspectiva individualista, performática e com práticas gerencialistas. As escolas cívico-militares ou escolas cuja gestão é compartilhada com militares aposentados ou da reserva, por sua vez, é caracterizada pela presença desses profissionais cuja função precípua é organizar de forma sistemática e pautada em seus conhecimentos a disciplina. Cunha e Lopes (2022), ao analisarem as bases de sustentação da política conservadora educacional, concluem que o discurso arquitetado pelos pensadores do projeto, prima pela ficção de que o processo de militarização das escolas públicas funciona como um salvador dos principais problemas da educação: violência, evasão, indisciplina, na medida em que propõe concepções pedagógicas calcadas na punição e castigo como resposta à indisciplina. Exatamente esse discurso que obteve o apoio de pais de alunos, em especial, aqueles de escolas de periferia e vulneráveis à violência. Nesse norte, Dias e Ribeiro (2021), ao explicar as motivações para a aceitação das ECIM pela sociedade, acreditam que a raiz do aceno positivo pelos pais em relação ao modelo de gestão compartilhada está enfiada na educação bancária que muitos deles vivenciaram e a consideram melhor que a educação emancipatória e dialógica proposta por Paulo Freire.



Candau (2008) afirma que as políticas educacionais devem articular-se com práxis pedagógicas que valorizem as diferenças culturais e proporcionem uma ressignificação do sujeito autônomo pertencente à sociedade.

A visão sociofilosófica sobre as políticas educacionais da autora não se coaduna com o que se observou no Brasil entre 2019 e 2022, conforme narrado anteriormente. No caso específico, a proposta de gestão compartilhada das escolas públicas com a Polícia Militar ganhou força exponencial em todo o Brasil, sendo talvez a única proposta de peso na Educação. É bem verdade que o cenário político favoreceu, visto que o próprio governo federal incentivou e apoiou o projeto. Nessa perspectiva, uma das justificativas dos governos estaduais para a implantação da proposta é o bom rendimento dos colégios militares em avaliações de larga escala, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), bem como os bons e elevados índices alcançados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Outra justificativa é o controle extensivo e disciplinar que pretensamente poderia contribuir no combate à violência nas escolas públicas.

Pois bem, é nesta reflexão que se encontra a implantação de escolas cívico-militares. Instituída pelo Decreto Federal n. 10.004/2019, que adotou a gestão compartilhada nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação dos docentes da escola e apoio dos militares da reserva das Forças Armadas ou estaduais.

Considerado uma das estrelas de promessa de campanha do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o qual defendeu que o Modelo Cívico-Militar de ensino seria o mais indicado ao incremento da aprendizagem, disciplina e, para garantir a segurança da comunidade em colégios localizados em regiões mais vulneráveis à violência, implantando-se a cultura do medo pela prática militarizada entre os estudantes. De acordo com Bueno (2021), propagaram a ideia de que a militarização seria a solução para melhorar a segurança e combater a violência dentro da escola.

Alguns pontos do Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019, que implantou o PECIM (Programa Nacional das Escolas Cívico- Militares) merecem destaque:

A finalidade: “promover a melhoria da qualidade da educação básica” (BRASIL, 2019a), [...] Princípios: “a adoção de modelo de gestão escolar baseado nos Colégios Militares” (BRASIL, 2019a). Objetivos: “destaca-se a intenção de fazer com que os alunos tenham a sensação de pertencimento ao ambiente da escola e estimular a integração da comunidade à escola, pois esses objetivos foram apontados nos artigos analisados na sessão anterior como razões para que as escolas sejam mais eficientes. [...] Diretrizes do programa, destacam-se duas: “II - utilização de modelo para as Ecim baseado nas práticas pedagógicas e nos padrões de ensino dos Colégios Militares do Comando Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares”, “VIII - viabilização da contratação pelas Forças Armadas de militares inativos como prestadores de tarefa por tempo certo para atuarem nas áreas de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa”. (BARBOSA, 2021, p. 37-38)



Percebe-se, portanto, que o programa pretende por meio de uma rigorosa disciplina, impor regras e normas sem qualquer avaliação pedagógica de curto ou médio alcance. As escolas envolvidas são capitaneadas pelos militares e esses usam sua formação no contexto escolar e aqui há que se ressaltar um ponto específico que torna o ambiente escolar complexo: a diversidade.

Silva (2022) vislumbra no PECIM traços marcantes de conservadorismo e autoritarismo, colocando inclusive professores como inimigos entre e da própria sociedade. Garrido (2020) em relevante estudo, analisa de forma crítica o autoritarismo das ECIM (escolas cívico-militares) a partir do pensamento da filósofa Hannah Arendt (1906 – 1975) no contexto da educação. Assim, o autor conclui que a educação bancária desenvolvida em escolas cívico militares, tal qual expôs a filósofa ao longo de sua produção, limita a subjetividade, crescimento, transformação e a criatividade do estudante. Diferentemente dos treinamentos militares que primam pela homogeneidade, a escola é um laboratório de diversidades que se complementam, proporcionando ao estudante viver em sociedade de forma crítica e autônoma.

Por fim, confrontando a ideologia apurada entre escolas cívico-militares, conforme concluem Barrozo e Senhoras (2022), não é de hoje que a educação se esforça bravamente para preservar sua essência pautada na democracia e engajada com a as transformações sociais e do ser humano.

Voltando em Freire (2009 e 2014), considera-se educação emancipatória aquela direcionada para uma concepção dialógica, inclusiva e libertadora, buscando reduzir a opressão e contribuir para transformações sociais mais significativas. Nesse sentido, o aprendizado pode ser visto dentro desse processo como uma ferramenta que possibilita aos atores envolvidos, especialmente os estudantes, questionar e ter a oportunidade de refletir sobre a sua realidade de forma mais engajadora e autônoma. Para Freire (2009, 2014), o conhecimento proporciona liberdade, mas que liberdade? Liberdade para decidir, dialogar, questionar, impor, ouvir e ser ouvido. É justamente essa consciência crítica, conquistada por meio da aprendizagem emancipatória que possibilitada a superação da alienação à criticidade, permitindo que as pessoas desenvolvam sua capacidade de autodeterminação e de participação ativa na sociedade. Na prática educacional, isso significa valorizar a diversidade e o diálogo, estimulando o pensamento crítico e a capacidade de questionar e refletir sobre as condições sociais, na busca de soluções comuns.

A respeito das controvérsias do PECIM, Oliveira e Soares (2021), enquanto professoras da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, não desmerecem a relevância de um ambiente organizado nas escolas, mas as autoras atentam para o fato de que o investimento em educação de qualidade não perpassa a busca pela ordem, disciplina, autoritarismo. No seu entender, e conforme asseverou-se ao



longo dessa narrativa, a função da educação é promover a autonomia, a preparação e emancipação para a vida dos estudantes contribuindo para que compreendam seu espaço na sociedade de forma crítica.

Nesse norte, Marques e Campos (2023) apontam que a escola oferece ferramentas importantes para proporcionar ao cidadão a capacidade de questionar e assim ressignificar conhecimentos. Os autores ainda afirmam serem esses conhecimentos produto de processos sociais, culturais e históricos.

A proposta das escolas cívico-militares é visivelmente contrária à educação emancipatória proposta por Paulo Freire. Tendo por princípios a homogeneização, a ausência de diálogo crítico e uma sistemática consubstanciada na vivência dos quartéis militares, cujo o rigor e a disciplina cega são características marcantes, o projeto em si demonstra afronta à liberdade “de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, ambos princípios elencados na Carta Magna” (MELO, 2022, p. 39), além de claro regresso à educação bancária, criticada por Paulo Freire em inúmeros estudos no decorrer do Século XX no Brasil e em países africanos. Nesse pensamento, o questionamento que surge é: por que acreditar que pessoas despreparadas para o ensino possam participar do processo educacional? Oliveira e Soares (2021), analisando a militarização de escolas no Distrito Federal, enxergam contradições e incoerências na gestão compartilhada com militares. É bem verdade que a possibilidade de redução da criminalidade na escola apresenta-se atrativa aos olhos dos pais dos estudantes por exemplo. Todavia, ao analisar o contexto das escolas de gestão compartilhada de forma crítica, pergunta-se: não seria mais prudente investir em uma política de segurança eficiente e pacificadora a nível estadual e municipal, por exemplo? Levar o rigor e a disciplina exagerados sem considerar primeiramente o aprendizado é de fato a melhor solução enquanto política educacional? Esses questionamentos necessitam de respostas e urgentes porque quando se fala em educação, fala-se da única possibilidade comprovada de transformação social.

Por fim, ao que parece, a criação e implantação das escolas cívico-militares, atendeu muito mais a uma pretensão política, diga-se destituída, de estudos de impacto a médio e longo prazo, de incluir o maior número possível de militares na administração que realmente uma política educacional com proposta sólida para o ensino.

A existência dos direitos humanos relaciona-se tanto à razão quanto às emoções (HUNT, 2009) Ainda hoje, nos horrorizamos com episódios considerados desumanos, é este sentimento de horror que torna o direito humano violado. Nesta inteligência, Roberto Lyra Filho (*apud* ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JÚNIOR, 2016, p. 212) preleciona que o “direito se faz no processo histórico de libertação enquanto desvenda precisamente os impedimentos da liberdade não-lesiva aos demais”.



Candau (2008), por seu turno, assente que a relação entre os direitos humanos e a educação posicionam a afirmação e a existência da dignidade humana. A professora insiste que é necessário persistir rumo à concepção não hegemônica tendo por base políticas sociais e educacionais.

Os direitos humanos, considerados em si mesmos um produto dos antagonismos sociais, políticos e econômicos, são de forma simplista aqueles essenciais à existência humana. O que não é simples! Veja que o que é essencial depende de cada sociedade, e justamente essa dialeticidade, relativismo cultural que tornam os direitos humanos complexos.

Pois bem, a Educação é considerada um direito humano, fundamental e ao mesmo social, fundada no princípio da igualdade e com alcance positivo posto que não insurge contra o Estado, mas sim uma garantia deste para com a sociedade.

Dito isto, educação em direitos humanos, de acordo com Cabezudo (2014), propõe uma busca incessante de justiça, igualdade. O discurso do autor, portanto, revela-se em oposição às denúncias elencadas na implantação das escolas cívico-militares quando fala sobre segurança para todos os membros da sociedade já que tantas são as afrontas a direitos por parte da equipe militar, talvez as maiores delas são a restrição à liberdade e a intolerância à diversidade.

A implantação das escolas cívico-militares vai na contramão do que o Brasil demorou décadas para conquistar, ou seja, a construção de um país cujas liberdades individuais possam ser respeitadas. Vivenciou-se duas longas décadas de um regime militar que fez da educação um campo de construção de ideologia autoritária. Carnut (2020) denomina de “neofascismo brasileiro” a dinâmica de opressão implementada na educação pelo governo Bolsonaro.

No entender de Nunes (2019), a militarização do ensino retira dos alunos sua essência e sua individualidade e cede espaço ao desmonte de valores sociais e culturais, e continua:

[...] a militarização das escolas é um retrocesso no campo da educação em direitos humanos, visto a afronta ao princípio do pluralismo de ideias, tendo por base a implantação de 28 valores cívicos e patrióticos no intuito de moldar os alunos em preceitos militares, ao invés de propiciar um espaço público multicultural que respeite a pluralidade e incentive o respeito ao diferente. (NUNES, 2019, p. 27)

Pois bem, estaria o modelo de escolas cívico-militares ameaçado? As diretrizes de governo da coligação eleita Lula-Alckmin 2023 – 2026, disponibilizada pelo site do TSE, é genérica quanto a este tema, enfatizando somente um realinhamento da educação com o resgate do projeto democrático. A proposta genérica, sem adentrar em temas considerados melindrosos, tem explicação. Conforme abordado anteriormente, foi a proposta de militarização das escolas que contribuiu para que o ex-presidente fosse eleito, de forma que, nesse jogo político o que vai determinar a continuidade ou não de



determinadas ações é a aceitação da população. No *site* do Ministério da Educação, não houve qualquer publicação do atual governo, portanto, o programa Escolas cívico-militares permanece operante na página, em que pese a extinção da secretaria do PECIM. O atual Ministro da Educação, Camilo Santana, ao ser questionado sobre a continuidade do programa, respondeu de forma evasiva e sem mencionar detalhes que está em curso um processo de reestruturação, montagem de equipe e avaliação de programas e ações. Por outro lado, em quatro semanas de governo e toda a repercussão nacional e mundial dos atos de 8 de janeiro de 2023 (ataque às instituições democráticas do país), presume-se que as propostas do atual Ministro da Educação estejam em construção e/ou análise. Assim, até o momento, não é possível responder com segurança à nossa pergunta inicial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos evidente que a parceria entre o setor militar e as secretarias de educação consistem em eufemismo para o exercício do controle por meio da (re) introdução de dispositivos disciplinares e que em nada pode adequar-se às propostas do governo que se inicia, tanto pelos efeitos excludentes de controle rígido da disciplina sob pretexto de combate à violência, quanto pela pouca efetividade e desvalorização à diversidade, tão intensa no ambiente escolar.

Pelo exposto, resta evidente que a equipe militar não está preparada pedagogicamente para enfrentar os desafios diários do processo educativo. Ao contrário dos professores que continuamente se reinventam buscando fazer seu melhor pela educação em condições inimagináveis Brasil afora.

Por tudo que foi exposto, e conforme reiteradamente falado, ainda não é possível responder de forma precisa e inequívoca sobre a continuidade ou não das escolas cívico-militares. Ressaltamos no decorrer do ensaio que o programa do governo que as instituiu, e aquele que assumiu a presidência em 2023, o presidente Lula, possuem propostas absolutamente inversas no que diz respeito especialmente à educação. Falamos também que os objetivos firmados em sua criação são questionáveis em diversos aspectos, em especial, sobre o aviltamento de direitos humanos, a rigidez da disciplina, o despreparo dos militares envolvidos e, principalmente, o desrespeito à diversidade. Enfim, são de fato diversas as críticas, mas não se pode olvidar que uma parcela significativa da sociedade apoiou sua implementação. Nesse sentido, permite-se traçar pelo menos duas possibilidades: primeiro seria mesmo o fim do projeto, mas teria como consequência a avaliação negativa por parte da sociedade que nele acredita; segundo seria sua continuidade, mas com nova perspectiva e mais próxima da política educacional e social do governo que se elegeu em 2022 e perdura até 2026. Enfim, qualquer que seja o desfecho, a pesquisa necessita ter seguimento, o que em educação denominamos avaliação.



## REFERÊNCIAS

ALVES, M. F. REIS, L. C. “Militarização De Escolas Públicas: Reflexões à Luz Da Concepção Freireana De Gestão Democrática Da Educação”. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, vol. 37, n. 2, 2021.

BARBOSA, K. M. F. **Estudo comparativo da eficiência dos Colégios Militares e das Escolas de Aplicação**: uma análise de benchmark no contexto de implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Dissertação de Mestrado em Gestão Pública). Brasília: UnB, 2021.

BARROZO, B. S.; SENHORAS, E. M. “Escola sem partido para quem?” **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 9, n. 27, 2022.

BRASIL. **Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Brasília: Planalto, 2019. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso: 03/01/2023.

BUENO, B. N. F. **O modelo cívico-militar como política educacional à luz da Constituição Federal de 1988** (Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional). Brasília: IDP. 2021.

CABEZUDO, A. “Educación para la paz: una construcción de la memoria, la verdad y la justicia. Desafío pedagógico de nuestro tiempo en América Latina”. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 48, n. 2, 2012.

CANDAU, V. M. “Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença”. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 13, n. 37, 2008.

CARNUT, L. “Dinâmica exploração-opressão e o caminho do neofascismo na educação superior”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 1, 2020.

CUNHA, V. P.; LOPES, A. C. “Militarização da gestão das escolas públicas: a exclusão da atividade política democrática”. **Educação e Sociedade**, vol. 43, 2022.

DIAS, Z. R.; RIBEIRO, A. C. “Escolas cívico-militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira”. **Revista Teias**, vol. 22, 2021.

ESCRIVÃO FILHO, A.; SOUSA JUNIOR, J. G. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. Belo Horizonte: Editora D’Placido, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2009.

LUCENA, C. *et al.* “Pistrak e Marx: os fundamentos da educação russa”. **Revista HISTEDBR On-line**, vol. 11, n. 41, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MARQUES, R.; CAMPOS, M. A. T. “A insurgência da cultura na escola como paradigma na pós-modernidade na educação”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 37, 2023.



MELO, J. N. **Direito à educação**: procedimentos das escolas cívico-militares do Estado de Goiás que podem violar princípios constitucionais (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito). Goiânia: PUC-Goiás, 2022.

NUNES, P. L. **Gestão compartilhada nas escolas** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito). Brasília: UNICEUB, 2019.

RIBEIRO, P. **“Sim, senhor!”**: disciplinamento nos colégios cívico-militares, silenciamento e negação de direitos de crianças e adolescentes (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade). Brasília: UnB, 2020.

SILVA, M. G. “Governo Bolsonaro: notas para um balanço histórico e político”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 11, n. 32. 2022.

SOARES, E. R. M.; OLIVEIRA, R. M. S. “Avaliação e militarização de escolas no Distrito Federal: relações e implicações”. **Estudos em Avaliação Educacional**, vol. 33, 2022.



## **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)**

Ano V | Volume 13 | Nº 39 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

### **Editor chefe:**

Elói Martins Senhoras

### **Conselho Editorial**

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

### **Conselho Científico**

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima